



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '02', Tipo 003

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova de Redação.Caso contrário, solicite ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E) .
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, considere o texto abaixo.

No campo da técnica e da ciência, nossa época produz milagres todos os dias. Mas o progresso moderno tem amiúde um custo destrutivo, por exemplo, em danos irreparáveis à natureza, e nem sempre contribui para reduzir a pobreza.

A pós-modernidade destruiu o mito de que as humanidades humanizam. Não é indubitável aquilo em que acreditam tantos filósofos otimistas, ou seja, que uma educação liberal, ao alcance de todos, garantiria um futuro de liberdade e igualdade de oportunidades nas democracias modernas. George Steiner, por exemplo, afirma que “bibliotecas, museus, universidades, centros de investigação por meio dos quais se transmitem as humanidades e as ciências podem prosperar nas proximidades dos campos de concentração”. “O que o elevado humanismo fez de bom para as massas oprimidas da comunidade? Que utilidade teve a cultura quando chegou a barbárie?”

Numerosos trabalhos procuraram definir as características da cultura no contexto da globalização e da extraordinária revolução tecnológica. Um deles é o de Gilles Lipovetski e Jean Serroy, A cultura-mundo. Nele, defende-se a ideia de uma cultura global – a cultura-mundo – que vem criando, pela primeira vez na história, denominadores culturais dos quais participam indivíduos dos cinco continentes, aproximando-os e igualando-os apesar das diferentes tradições e línguas que lhes são próprias.

Essa “cultura de massas” nasce com o predomínio da imagem e do som sobre a palavra, ou seja, com a tela. A indústria cinematográfica, sobretudo a partir de Hollywood, “globaliza” os filmes, levando-os a todos os países, a todas as camadas sociais. Esse processo se acelerou com a criação das redes sociais e a universalização da internet.

Tal cultura planetária teria, ainda, desenvolvido um individualismo extremo em todo o globo. Contudo, a publicidade e as modas que lançam e impõem os produtos culturais em nossos tempos são um obstáculo a indivíduos independentes.

O que não está claro é se essa cultura-mundo é cultura em sentido estrito, ou se nos referimos a coisas completamente diferentes quando falamos, por um lado, de uma ópera de Wagner e, por outro, dos filmes de Hitchcock e de John Ford.

A meu ver, a diferença essencial entre a cultura do passado e o entretenimento de hoje é que os produtos daquela pretendiam transcender o tempo presente, continuar vivos nas gerações futuras, ao passo que os produtos deste são fabricados para serem consumidos no momento e desaparecer. Cultura é diversão, e o que não é divertido não é cultura.

(Adaptado de: VARGAS LLOSA, M. **A civilização do espetáculo**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2013, formato ebook)

1. Possuem os mesmos tipos de complemento os verbos grifados em:
 - (A) ... nossa época produz milagres todos os dias. // ... o mito de que as humanidades humanizam.
 - (B) Essa “cultura de massas” nasce com o predomínio... // Um deles é o de Gilles Lipovetski...
 - (C) A pós-modernidade destruiu o mito de que... // ... nossa época produz milagres todos os dias.
 - (D) Essa cultura de massas nasce com o predomínio... // ... e nem sempre contribui para...
 - (E) ... as ciências podem prosperar nas proximidades... // A pós-modernidade destruiu o mito de que...

2. Depreende-se corretamente do texto:
 - (A) A menção ao que seria *cultura em sentido estrito* estabelece uma diferença entre a noção de cultura de que parte o autor e aquela estabelecida pelo pensador Gilles Lipovetski.
 - (B) A asserção de que *o progresso moderno tem amiúde um custo destrutivo* estabelece, no parágrafo, noção de finalidade.
 - (C) Os pontos de interrogação das perguntas feitas no segundo parágrafo podem ser suprimidos por se tratar de perguntas retóricas.
 - (D) A afirmação de que *nossa época produz milagres todos os dias* encontra respaldo no fato de que haveria hoje o *predomínio da imagem e do som sobre a palavra*.
 - (E) O *mito de que as humanidades humanizam* justifica-se a partir do fato de que nem todas as classes sociais possuem acesso à tecnologia moderna, como a internet.

3. O autor do texto discorda dos pensadores citados ao afirmar que
 - (A) *A indústria cinematográfica, sobretudo a partir de Hollywood, “globaliza” os filmes...* (4º parágrafo)
 - (B) *...a publicidade e as modas (...) são um obstáculo à criação de indivíduos independentes.* (5º parágrafo)
 - (C) *... o progresso moderno tem amiúde um custo destrutivo...* (1º parágrafo)
 - (D) *Essa “cultura de massas” nasce com o predomínio da imagem e do som sobre a palavra...* (4º parágrafo)
 - (E) *Não é indubitável aquilo em que acreditam tantos filósofos otimistas...* (2º parágrafo)

4. *...apesar das diferentes tradições e línguas que lhes são próprias.* (3º parágrafo)
...levando-os a todos os países... (4º parágrafo)
...os produtos deste são fabricados... (7º parágrafo)
Os elementos sublinhados acima referem-se, respectivamente, a:
 - (A) *indivíduos – filmes – tempo presente*
 - (B) *diferentes tradições e línguas – filmes – entretenimento de hoje*
 - (C) *diferentes tradições – países – passado*
 - (D) *línguas – Hollywood – entretenimento de hoje*
 - (E) *indivíduos – países – passado*



5. Uma redação alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e, em linhas gerais, o sentido original, está em:

- (A) Não se consideraria, nos dias de hoje, como sendo cultura, aqueles produtos culturais que não sejam divertidos.
- (B) A crença de que um futuro de liberdade e igualdade de oportunidades seria garantido por uma educação liberal é sustentada por muitos filósofos otimistas.
- (C) Dado os custos destrutivos do progresso, o mito segundo o qual as humanidades humanizam foi destruída pela pós-modernidade.
- (D) As características da cultura no contexto da globalização e da extraordinária revolução tecnológica, procurou se definir em numerosos trabalhos.
- (E) Um individualismo extremo fora desenvolvido pela cultura planetária, embora as modas impostas pelos produtos culturais de nosso tempo configure-se como obstáculo a indivíduos independentes.

6. Substituindo-se o elemento grifado pelo que se encontra entre parênteses, o sinal indicativo de crase deverá ser acrescentado em:

- (A) ... *que uma educação liberal, ao alcance de todos*... (dispor de todos) (2º parágrafo)
- (B) ... *por meio dos quais se transmitem as humanidades*... – (ciências humanas) (2º parágrafo)
- (C) ... *a todas as camadas sociais*. – (qualquer classe social) (4º parágrafo)
- (D) ... *se nos referimos a coisas completamente diferentes*... – (uma coisa completamente diferente) (6º parágrafo)
- (E) ... *são um obstáculo a indivíduos independentes*. (criação de indivíduos independentes) (5º parágrafo)

7. Sem que nenhuma outra modificação seja feita, mantêm-se a correção e as relações de sentido estabelecidas no texto, substituindo-se

- (A) *amiúde* por “mormente” (1º parágrafo)
- (B) *Contudo* por “dado que” (5º parágrafo)
- (C) *Mas* por “Embora” (1º parágrafo)
- (D) *ao passo que* por “enquanto” (7º parágrafo)
- (E) *Tal* por “Tamanho” (5º parágrafo)

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 14, considere o texto abaixo.

Ler um livro é desinteressar-se a gente deste mundo comum e objetivo para viver noutro mundo. A janela iluminada noite adentro isola o leitor da realidade da rua, que é o sumidouro da vida subjetiva. Árvores ramalham. De vez em quando passam passos. Lá no alto estrelas teimosas namoram inutilmente a janela iluminada. O homem, prisioneiro do círculo claro da lâmpada, apenas ligado a este mundo pela fatalidade vegetativa do seu corpo, está suspenso no ponto ideal de uma outra dimensão, além do tempo e do espaço. No tapete voador só há lugar para dois passageiros: Leitor e autor.

O leitor ingênuo é simplesmente ator. Quero dizer que, num folhetim ou num romance policial, procura o reflexo dos seus sentimentos imediatos, identificando-se logo com o protagonista ou herói do romance. Isto, aliás, se dá mais ou menos com qualquer leitor, diante de qualquer livro; de modo geral, nós nos lemos através dos livros.

Mas no leitor ingênuo, essa lei dos reflexos toma a forma de um desinteresse pelo livro como obra de arte. Pouco importa a impressão literária, o sabor do estilo, a voz do autor. Quer divertir-se, esquecer as pequenas misérias da vida, vivendo outras vidas desencadeadas pelo bovarismo da leitura. E tem razão. Há dentro dele uma floração de virtualidades recalcadas que, não encontrando desimpedido o caminho estreito da ação, tentam fugir pela estrada larga do sonho.

Assim éramos nós então, por não sabermos ler nas entrelinhas. E daquela primeira fase de educação sentimental, que parecia inevitável como as espinhas, passava quase sempre o jovem monstro para uma crise de hiper crítica. Devido à necessidade de um restabelecimento de equilíbrio, o excesso engendrava o excesso contrário. A pouco e pouco os românticos perdiam terreno em proveito dos naturalistas. Dava-se uma verdadeira subversão de valores na escala da sensibilidade e a fantasia comprazia-se em derrubar os antigos ídolos. Formava-se muitas vezes, coincidindo com manifestações mórbidas que são do domínio da psicanálise, um pedantismo da clarividência, tão nocivo como a intemperança imaginosa ou sentimental, e talvez mais ingênuo, pois refletia um ressentimento de namorado ainda ferido nas suas primeiras ilusões.

(Adaptado de: MEYER, Augusto. “Do Leitor”, In: **À sombra da estante**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1947, p. 11-19)

8. Infere-se, corretamente, que o autor do texto

- (A) exemplifica os modos de ler um livro mediante as reações que diferentes enredos provocam nos leitores, de maneira a nos fazer compreender a harmonia da arte entre dois extremos de conduta.
- (B) compara duas fases do leitor a duas fases da adolescência, ressaltando a ingenuidade que caracteriza ambas, pois, cada uma a seu modo, não se atêm a características artísticas do livro.
- (C) descreve, mediante metáforas e comparações, as reações dos leitores que se debruçam, um de modo crítico, outro ingênuo, sobre os aspectos artísticos de romances da mesma natureza.
- (D) traça o amadurecimento do leitor que, de ingênuo e romântico, passa a perceber nos livros os componentes afeitos à realidade e, assim, a preferir os de maior aprimoramento artístico.
- (E) mostra a importância da arte na formação de leitores que, por seu intermédio, tornam-se capazes de distinguir aspectos fantasiosos de outros mais realistas, o que passa a interferir diretamente em seu juízo crítico.



9. O segmento que expressa causa está sublinhado em:
- (A) *Há dentro dele uma floração de virtualidades recalçadas que, não encontrando desimpedido o caminho...* (3º parágrafo)
- (B) *Dava-se uma verdadeira subversão de valores na escala da sensibilidade...* (4º parágrafo)
- (C) *... éramos nós então, por não sabermos ler nas entrelinhas.* (4º parágrafo)
- (D) *E daquela primeira fase de educação sentimental... passava quase sempre o jovem monstro...* (4º parágrafo)
- (E) *Isto, aliás, se dá mais ou menos com qualquer leitor, diante de qualquer livro...* (2º parágrafo)

10. Na frase *Ler um livro é desinteressar-se a gente deste mundo comum e objetivo para viver noutro mundo*, os elementos sublinhados têm, respectivamente, a mesma função que os sublinhados em:
- (A) *... um ressentimento de namorado ainda ferido nas suas primeiras ilusões.*
- (B) *... os românticos perdiam terreno em proveito dos naturalistas.*
- (C) *... essa lei dos reflexos toma a forma de um desinteresse...*
- (D) *... o excesso engendrava o excesso contrário.*
- (E) *... de modo geral, nós nos lemos através dos livros.*

11. Atente para as seguintes afirmações.
- I. Em *Há dentro dele uma floração de virtualidades recalçadas que, não encontrando desimpedido o caminho estreito da ação...* (3º parágrafo), as formas verbais “Há” e “encontrando” têm o mesmo sujeito.
- II. Na frase *Pouco importa a impressão literária, o sabor do estilo, a voz do autor* (3º parágrafo), o verbo pode, indiferentemente, ser flexionado no singular ou no plural.
- III. Em *Formava-se muitas vezes, coincidindo com manifestações mórbidas...* (4º parágrafo) pode-se acrescentar uma vírgula imediatamente após “Formava-se”, sem prejuízo para a correção e o sentido.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
(B) I e II.
(C) III.
(D) II e III.
(E) II.

12. No segmento *... procura o reflexo dos seus sentimentos imediatos, identificando-se logo com o protagonista ou herói do romance* (2º parágrafo), de acordo com o contexto, pode-se substituir a expressão sublinhada por:
- (A) porque se identifica
(B) caso se identifique
(C) à medida que se identifica
(D) posto que se identifique
(E) de modo a identificar-se

13. O segmento que pode ser transposto para a voz passiva encontra-se em:
- (A) *... de modo geral, nós nos lemos através dos livros.*
- (B) *O leitor ingênuo é simplesmente ator.*
- (C) *Há dentro dele uma floração de virtualidades recalçadas...*
- (D) *... educação sentimental, que parecia inevitável como as espinhas...*
- (E) *De vez em quando passam passos.*

14. *... esquecer as pequenas misérias da vida... Quero dizer que, num folhetim ou num romance... os românticos perdiam terreno em proveito dos naturalistas.*
- Com as alterações necessárias, na ordem dada, os complementos verbais dos segmentos acima são corretamente substituídos por pronomes em:
- (A) esquecer-lhes – dizê-los – perdiam-no
(B) esquecer-lhes – dizer-lhes – perdiam-lhes
(C) esquecer-las – dizê-lo – perdiam-no
(D) esquecer-la – dizê-los – perdiam-nos
(E) esquecer-las – dizer-lhes – perdiam-no

Raciocínio Lógico-Matemático

15. Considere verdadeiras as afirmativas:
- Se não fui ao mercado, então não fiz compras.
Comprei creme e sabonete.
Ou comprei queijo ou comprei iogurte.
Comprei cereal ou comprei pão.
- A partir dessas afirmações, pode-se concluir que
- (A) fui ao mercado e comprei sabonete.
(B) não comprei nem queijo nem iogurte.
(C) não fui ao mercado.
(D) só comprei creme.
(E) não comprei cereal nem pão.



16. "Se vou ao shopping, então faço compras".
Supondo verdadeira a afirmação anterior, e a partir dela, pode-se concluir que
- (A) só posso fazer compras em um lugar específico.
 - (B) sempre que vou ao shopping compro alguma coisa.
 - (C) para fazer compras, preciso ir ao shopping.
 - (D) posso ir ao shopping e não fazer compras.
 - (E) somente vou ao shopping.

17. O número que corresponde ao resultado da expressão numérica

$$\frac{2}{3} \cdot \frac{1}{4} + \frac{5}{6} \cdot \frac{7}{10} + \frac{1}{9} \cdot \frac{9}{4}$$

é igual a

- (A) $\frac{7}{18}$.
 - (B) $\frac{5}{9}$.
 - (C) $\frac{13}{36}$.
 - (D) 3.
 - (E) 1.
18. Um investidor inicia seus negócios com um valor x. Após um mês, faz a 1ª apuração e verifica que perdeu 20% de seu valor inicial. Após outro mês, faz a 2ª operação e verifica que perdeu 30% do valor da 1ª apuração. Após o 3º mês, faz a 3ª apuração e verifica que havia recuperado 10% do valor que tinha no momento da 2ª apuração. Após esses três meses, no momento da 3ª apuração, esse investidor verificou que já perdera, em relação ao valor inicial x, uma parte correspondente, em %, a
- (A) 60.
 - (B) 40.
 - (C) 56.
 - (D) 61,6.
 - (E) 38,4.
19. A idade do irmão mais novo está para 3, assim como a idade do irmão mais velho está para 4. A idade do irmão mais velho está para 2, assim como a idade do pai está para 11. O pai tinha 36 anos quando nasceu o filho mais velho. Dessa maneira a diferença de idade entre esses dois irmãos é, em anos, igual a
- (A) 1.
 - (B) 5.
 - (C) 3.
 - (D) 2.
 - (E) 4.
20. O primeiro múltiplo de 7 que é maior que 1000 é também múltiplo de
- (A) 11 e de 19.
 - (B) 19 e de 13.
 - (C) 11 e de 13.
 - (D) 19 e de 23.
 - (E) 23 e de 11.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

21. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração pública serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

O Estado do Rio Grande do Sul pretende executar obra, parcelada nos termos da afirmativa anterior. Nesse caso, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, há de corresponder

- (A) uma única licitação, obrigatoriamente na modalidade tomada de preços.
- (B) licitação distinta, sempre na modalidade tomada de preços.
- (C) uma única licitação, obrigatoriamente na modalidade concorrência.
- (D) uma única licitação, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto.
- (E) licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto.

22. Moisés, servidor público federal, praticou ato administrativo por delegação, sendo o ato originalmente de competência de seu superior hierárquico, o servidor público federal Robson. Robson delegou a prática do ato por ser conveniente, em razão de circunstâncias de índole jurídica. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o ato administrativo considerar-se-á editado por

- (A) Moisés.
- (B) nenhum dos servidores, e sim pelo órgão a que pertencem.
- (C) nenhum dos servidores, e sim pela pessoa jurídica a que pertencem.
- (D) Robson.
- (E) quaisquer dos servidores.

23. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região concedeu a Juliano, servidor público federal ocupante de cargo efetivo, licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de três anos, sem remuneração. No curso da aludida licença, especificamente durante o período de um ano, Juliano participou da gerência de sociedade privada. No desempenho das atividades de gerência, foi devidamente observada a legislação sobre conflito de interesses. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a conduta de Juliano é

- (A) admissível, apenas, no caso de participação no conselho de administração de empresa em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social.
- (B) vedada, pois a gerência em questão deve ser exercida pelo prazo máximo de seis meses.
- (C) admissível na situação narrada no enunciado.
- (D) vedada, pois a lei expressamente proíbe, em qualquer hipótese, a gerência de sociedade privada por servidor público federal.
- (E) vedada, sendo possível, apenas, na hipótese de licença por motivo de doença em pessoa da família.

24. Considere:

- I. Convocação de Ministro de Estado por Comissão do Senado Federal para prestar, pessoalmente, informações sobre o tema da demarcação de terras indígenas.
- II. Controle administrativo sobre órgãos da Administração Direta.

Acerca do Controle da Administração pública, os itens I e II correspondem, respectivamente, a controle

- (A) legislativo de natureza política e controle administrativo interno decorrente do poder de tutela da Administração pública.
- (B) legislativo de natureza política e controle administrativo interno decorrente do poder de autotutela da Administração pública.
- (C) administrativo de natureza política e controle administrativo interno decorrente do poder de tutela da Administração pública.
- (D) legislativo de natureza financeira e controle administrativo externo decorrente do poder de autotutela da Administração pública.
- (E) administrativo de natureza política e controle administrativo externo decorrente do poder de tutela da Administração pública.

25. Em determinado pregão, foi declarada vencedora do certame a empresa "W Construções S.A.". No entanto, a aludida empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrou o respectivo contrato. Nesse caso e nos termos da Lei nº 10.520/2002,

- (A) o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda ao edital, sendo então o respectivo licitante declarado vencedor.
- (B) deverá ser contratada, por inexigibilidade de licitação, a empresa que detém a proposta mais vantajosa ao interesse público.
- (C) o pregoeiro deverá anular a licitação e promover um novo certame, respeitando-se, assim, os princípios que regem as licitações, sobretudo, o princípio da competitividade.
- (D) deverá ser contratada, por dispensa de licitação, a empresa que detém a proposta mais vantajosa ao interesse público.
- (E) o pregoeiro deverá intimar coercitivamente a empresa "W Construções S.A." a fim de celebrar o contrato, sendo-lhe imposta, desde já, sanções administrativas pelo ocorrido.

26. Tales, servidor público federal, praticou ato administrativo discricionário. Felipe, administrado, inconformado com o aludido ato, interpôs recurso e o ato está sob apreciação da autoridade hierarquicamente superior a Tales. Entretanto, após a interposição do recurso, Tales decide revogar o ato praticado. Na hipótese narrada, Tales

- (A) ou seu superior podem revogar o ato, independentemente do recurso interposto por Felipe.
- (B) poderá revogar o ato a qualquer tempo, sendo o único competente para tanto.
- (C) poderá revogar o ato até o momento imediatamente posterior ao julgamento do recurso.
- (D) não poderá revogar o ato, pois já exauriu sua competência relativamente ao objeto do ato.
- (E) jamais poderá revogar o ato, pois atos administrativos discricionários não são passíveis de revogação.



Noções de Direito Constitucional

27. Determinada entidade da Administração pública federal mantém, em sua estrutura, órgão de controle interno, com a finalidade, entre outras, de comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da entidade. No exercício de suas atribuições, os integrantes do referido órgão de controle deparam-se com irregularidade na execução de um contrato específico de prestação de serviços, da qual é dada ciência ao Tribunal de Contas da União – TCU, que, a seu turno, determina, de imediato, a sustação da execução contratual. Nesta hipótese, considerada a disciplina constitucional da matéria,

- (A) o órgão de controle interno poderia, efetivamente, possuir atribuição de avaliação de atos e contratos quanto à legalidade e eficiência, conforme expressa previsão constitucional, mas seus integrantes não possuem legitimidade para dar ciência de eventuais irregularidades ao TCU.
- (B) o órgão de controle interno não poderia possuir atribuição de avaliação de atos e contratos quanto à legalidade e eficiência, por se tratar de critérios restritos ao sistema de controle externo, exercido pelo Congresso Nacional, com o auxílio do TCU.
- (C) os integrantes do órgão de controle interno não poderiam ter dado ciência da irregularidade ao TCU, dado que somente possuem legitimidade para tanto partido político, associação ou sindicato.
- (D) o TCU não poderia ter determinado a sustação da execução contratual, por se tratar de ato de competência do Congresso Nacional, a quem compete, ademais, solicitar, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- (E) os integrantes do órgão de controle interno deveriam, efetivamente, ter dado ciência da irregularidade ao TCU, sob pena de responsabilidade solidária, possuindo, de fato, o TCU competência para determinar de imediato a sustação da execução contratual.

28. Considere as seguintes situações:

- I. Após sete anos de exercício da função, em primeiro grau, um juiz perde o cargo, mediante sentença judicial transitada em julgado.
- II. É determinada a remoção de certo magistrado, contrariamente à sua vontade, por motivo de interesse público, conforme decisão do voto da maioria absoluta do tribunal a que pertence.
- III. Determinado magistrado, membro de Tribunal de Justiça estadual, sofre redução em seu subsídio mensal, a fim de que este seja adequado ao valor fixado para o do Governador do Estado.

Seria incompatível com a Constituição da República, por infringir garantia que esta expressamente outorga aos juízes, o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

29. Nos termos da Constituição da República, exige-se ordem judicial para

- (A) extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (B) efetuar a prisão de alguém em flagrante delito.
- (C) utilização, no processo, de provas obtidas por meios ilícitos.
- (D) entrar na casa de um indivíduo, sem seu consentimento, exceto para prestar socorro.
- (E) quebra do sigilo das comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal.

30. Possui previsão constitucional expressa a regra do processo legislativo segundo a qual

- (A) as leis complementares serão discutidas e votadas em cada Casa do Congresso Nacional em dois turnos, considerando-se aprovadas se obtiverem, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- (B) a matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- (C) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- (D) caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta, pelas Casas do Congresso Nacional.
- (E) o veto do Presidente da República a projeto de lei será apreciado pelo Congresso Nacional, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto.

Noções de Direito Processual Civil

31. No tocante ao Processo Eletrônico, considere:

- I. Para o disposto na Lei de Informatização do Processo Judicial, considera-se transmissão eletrônica qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais.
- II. As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.
- III. É obrigatória a formação de autos suplementares de processo eletrônico, para garantia do devido processo legal e do contraditório, na eventualidade de problemas com o sistema de segurança de acesso e armazenamento de dados.

De acordo com a Lei nº 11.419/2006, está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) II.
- (E) II e III.



<p>32. No processo cautelar,</p> <p>(A) a medida cautelar não poderá, em qualquer hipótese ser substituída de ofício pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido.</p> <p>(B) cessa a eficácia da medida cautelar se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.</p> <p>(C) o requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de dez dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.</p> <p>(D) quando a medida cautelar for concedida em procedimento preparatório, cabe à parte propor a ação, no prazo de sessenta dias, contados da data da efetivação da medida cautelar.</p> <p>(E) em regra, a medida cautelar não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.</p>	<p>35. De acordo com o Código de Processo Civil, em regra, a nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão,</p> <p>(A) não pode ser declarada de ofício pelo juiz, devendo a parte requerer a referida declaração através de reconvenção, que obedecerá o procedimento ordinário.</p> <p>(B) não pode ser declarada de ofício pelo juiz, devendo a parte requerer a referida declaração através de exceção de incompetência.</p> <p>(C) pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do autor.</p> <p>(D) pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu.</p> <p>(E) não pode ser declarada de ofício pelo juiz, devendo a parte requerer a referida declaração como preliminar em contestação, que obedecerá o procedimento ordinário.</p>
<p>33. Considere as seguintes causas:</p> <p>I. Sobre bens imóveis de fundação pública federal.</p> <p>II. Para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária.</p> <p>III. Que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.</p> <p>IV. Que tenham como objeto a impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.</p> <p>De acordo com a Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças. NÃO se incluem na competência do Juizado Especial Federal as causas indicadas APENAS em</p> <p>(A) II e IV.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>36. Considere as seguintes hipóteses:</p> <p>I. Gabriela é filha do irmão de Carla, ré no processo "A".</p> <p>II. Fábio, bisneto de Claudio, réu no processo "B".</p> <p>III. Débora foi condenada por crime de falso testemunho, tendo a sentença transitado em julgado.</p> <p>IV. Fátima é inimiga capital do autor do processo "C".</p> <p>Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil, são impedidos de depor, na qualidade de testemunha, APENAS</p> <p>(A) Gabriela, Fábio e Fátima.</p> <p>(B) Gabriela, Fábio e Débora.</p> <p>(C) Gabriela e Fábio.</p> <p>(D) Débora e Fátima.</p> <p>(E) Fábio e Fátima.</p>
<p>34. Maria Clara é proprietária de um imóvel localizado na cidade de Curitiba. Na data de hoje descobriu que seu imóvel foi arrematado em leilão judicial que aconteceu há três dias em processo de execução judicial da qual não é parte. Indignada, Maria Clara pretende interpor Embargos de Terceiro. Neste caso, no tocante ao prazo judicial para interposição dos referidos Embargos é certo que Maria</p> <p>(A) poderá, ainda, interpor os referidos Embargos, desde que não tenha sido assinada a respectiva carta de arrematação.</p> <p>(B) poderá, interpor os referidos Embargos até dez dias após a assinatura da respectiva carta de arrematação.</p> <p>(C) poderá, ainda, interpor os referidos Embargos, independentemente da assinatura da respectiva carta de arrematação, uma vez que o prazo processual é de dez dias após a arrematação do bem.</p> <p>(D) não poderá mais interpor os referidos Embargos em razão da preclusão temporal, devendo ajuizar outra medida processual.</p> <p>(E) poderá, interpor os referidos Embargos até cinco dias após a assinatura da respectiva carta de arrematação.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Direito Processual Penal</p> <p>37. José foi indiciado em inquérito policial que apura a prática do delito de estelionato contra seu ex-empregador. Diante disso,</p> <p>(A) ante a constatação de que se trata, em verdade, de ilícito civil, a autoridade policial poderá mandar arquivar os autos de inquérito.</p> <p>(B) sem inquérito policial, não poderá, posteriormente, haver propositura de ação penal.</p> <p>(C) a vítima poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.</p> <p>(D) este inquérito somente pode ser instaurado porque houve representação da vítima.</p> <p>(E) José não poderá requerer diligência à autoridade policial.</p>



38. Em relação aos recursos no processo penal,
- (A) o Ministério Público pode desistir, a qualquer tempo, do recurso que haja interposto.
 - (B) cabe recurso em sentido estrito da decisão que decidir sobre a unificação de penas.
 - (C) cabe apelação da decisão que conceder *habeas corpus*.
 - (D) cabe recurso em sentido estrito da decisão que não receber a denúncia.
 - (E) a revisão criminal somente é admissível antes da extinção da pena.
-
39. No tocante à ação penal, de acordo com o Código de Processo Penal,
- (A) o direito de representação somente poderá ser exercido pessoalmente, mediante declaração escrita.
 - (B) no caso de ação penal de iniciativa pública dependente de representação, esta será irretroatável depois de oferecida a denúncia.
 - (C) apenas a vítima poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos casos em que caiba ação penal pública incondicionada.
 - (D) se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o ofendido poderá promover ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.
 - (E) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 30 dias, contado da data do crime.
-
40. O Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar, originariamente,
- (A) o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidade.
 - (B) os membros dos Tribunais Superiores, apenas nos crimes de responsabilidade.
 - (C) os membros do Congresso Nacional, nos crimes de responsabilidade.
 - (D) seus próprios Ministros, nas infrações penais comuns.
 - (E) os membros do Tribunal de Contas da União, apenas nas infrações penais comuns.
-
41. Tendo em conta a disciplina do Código de Processo Penal em relação ao juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da Justiça,
- (A) o juiz poderá exercer jurisdição no processo em que parente colateral de terceiro grau for parte no feito.
 - (B) a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.
 - (C) o corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.
 - (D) as partes poderão intervir na nomeação do perito.
 - (E) da decisão que não admitir o assistente do Ministério Público cabe apelação.
-
42. A prisão temporária poderá ser decretada
- (A) em caso de homicídio qualificado, pelo prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - (B) pelo juiz, sem ouvir o Ministério Público, na hipótese de representação da autoridade policial.
 - (C) sem fundamentação, em caso de comprovada urgência.
 - (D) pelo delegado de polícia responsável pelo caso, pelo prazo máximo de cinco dias.
 - (E) pelo juiz, em qualquer fase da ação penal.

Noções de Direito Previdenciário

43. O motorista da empresa Della S/A chocou seu veículo contra um automóvel particular da família Santos, tendo-lhe causado ferimentos e afastamento do serviço. A cuidadora de criança, que estava sentada no banco traseiro do veículo particular da família Santos também se feriu no acidente. O motorista e a cuidadora de crianças requerem à autarquia previdenciária, o benefício do acidente de trabalho. Neste caso,
- (A) a cuidadora de criança tem direito apenas ao benefício da assistência social.
- (B) ambos, o motorista e a cuidadora de criança têm direito ao benefício pois são segurados obrigatórios da Previdência Social.
- (C) ambos, o motorista e a cuidadora de criança têm direito ao benefício pois o acidente foi enquadrado como sendo por culpa recíproca.
- (D) somente a cuidadora de criança tem direito ao benefício, pois está a serviço de uma família.
- (E) somente o motorista tem direito ao benefício, pois é empregado da empresa Della.

44. Maria Cipriana já pagou mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais, ininterruptas, à Previdência Social. Encontra-se cadastrada no órgão próprio do Ministério do Trabalho e Emprego. Maria está desempregada de forma involuntária há dezoito meses.

Em face desta situação, Maria Cipriana

- (A) deverá contribuir por mais 3 meses para continuar na qualidade de segurada.
- (B) não ostenta mais a qualidade de segurada da Previdência Social.
- (C) continua na condição de segurada por mais 18 meses.
- (D) continua na condição de segurada por mais 36 meses.
- (E) deverá contribuir por mais 6 meses para continuar na qualidade de segurada.

45. Nelmar da Silva apresentou, junto à autarquia previdenciária, pedido de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de incapacidade permanente e insuscetível de reabilitação. No entanto, incorreu na interrupção da contribuição previdenciária, por 7 anos, antes do início da alegada incapacidade, porque parou de trabalhar e de contribuir para a previdência.

Neste caso, para que Nelmar tenha direito ao benefício da concessão da aposentadoria por invalidez,

- (A) não é necessária nenhuma contribuição, pois Nelmar não perdeu a qualidade de segurado.
- (B) são necessárias contribuições individuais por 12 meses.
- (C) são necessárias contribuições individuais por 8 meses.
- (D) são necessárias contribuições individuais por 6 meses.
- (E) são necessárias contribuições individuais por 4 meses.

46. Sobre as Leis nº 8.213/1991 e 8.212/1991, considere:

- I. Constitui contravenção penal, punível com multa, deixar a empresa de cumprir as normas de segurança e higiene do trabalho.
- II. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social e, entre seus princípios, encontra-se seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- III. Equipara-se ao empregador rural pessoa física o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas físicas, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e demitir trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos.
- IV. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas.
- V. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo máximo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II, IV e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) II e III.

**Noções de Direito Tributário**

47. Sobre responsabilidade tributária,

- (A) o representante legal de pessoa jurídica de direito privado, ainda que não seja sócio da empresa, é pessoalmente responsável pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes, infração de lei, contrato social ou estatuto.
- (B) o arrematante é responsável pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à arrematação, do mesmo modo que o adquirente de bem móvel.
- (C) o adquirente de estabelecimento comercial é responsável pelos tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à aquisição quando a aquisição se dá em processo de falência, já que os créditos tributários têm preferência sobre créditos extraconcursais.
- (D) a responsabilidade pelo pagamento do tributo, juros de mora e multa é excluída pela denúncia espontânea da infração.
- (E) a pessoa jurídica de direito privado que resultar da incorporação, fusão ou transformação é responsável pelos tributos relativos aos fatos geradores anteriores à incorporação, fusão ou transformação de forma subsidiária, caso o patrimônio da incorporada, fundida ou transformada seja insuficiente para quitar os créditos tributários devidos.

48. Sobre o Sistema Tributário Nacional, considere:

- I. Segundo a Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: impostos, taxas e contribuição de melhoria.
- II. A Constituição Federal é fonte instituidora de tributos, especialmente impostos e contribuições especiais.
- III. Constitucionalmente, o princípio da capacidade contributiva é direcionado aos impostos, que terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.
- IV. Segundo a Constituição Federal, a União tem competência para instituir impostos municipais, desde que sejam instituídos sobre Territórios não divididos em Municípios.
- V. É vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituir tributos sobre patrimônio, renda e serviços, relacionados com as finalidades essenciais dos templos de qualquer culto.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II e V.
- (E) I, III e IV.

49. Acerca do Imposto sobre Produtos Industrializados,

- (A) por ter natureza extrafiscal, é exceção à legalidade, irretroatividade, anterioridades anual e nonagesimal.
- (B) pode ser instituído ou majorado por ato do Poder Executivo, sendo exceção à regra da legalidade.
- (C) é instituído por lei, mas tem as alíquotas incidentes sobre cada produto industrializado fixadas por ato do Poder Executivo, mais especificamente Decreto.
- (D) é exceção à anterioridade nonagesimal, mas deve obediência à anterioridade anual.
- (E) é exceção à anterioridade anual e nonagesimal.

50. De acordo com as normas previstas no Código Tributário Nacional,

- (A) cláusulas contratuais, onde as partes dispõem sobre a capacidade tributária passiva, são admitidas, salvo disposição de lei em contrário.
- (B) os co-proprietários de um imóvel são responsáveis solidariamente pelos tributos incidentes sobre o mesmo, por expressa designação de lei neste sentido.
- (C) a isenção concedida em caráter individual a um dos co-proprietários do imóvel alcança a integralidade do tributo, em razão da solidariedade passiva.
- (D) é irrelevante na definição legal do fato gerador a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelo sujeito passivo da obrigação, ou seja, há fato gerador ainda que o negócio jurídico seja nulo.
- (E) a sociedade em comum não possui capacidade tributária passiva, pois não está, regularmente, constituída nos termos da lei civil.

DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção:

Conforme Edital publicado, Capítulo X, item 3, na Prova Discursiva – Redação, será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que:

- a. fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto;
- b. apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado;
- c. for assinada fora do local apropriado;
- d. apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- e. estiver em branco;
- f. apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela banca examinadora.

Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem), considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

O candidato não habilitado na Prova Discursiva – Redação será excluído do Concurso.

Texto 1

É verdade que a troca de mensagens é bastante hermética. E que meios como SMS e Twitter, com a restrição de caracteres e o imediatismo que demandam, limitam elaborações. Mas até que ponto esse tipo de mensagem surgiu como substituto para a escrita? (...) Algoritmos, diagramas, fala, escrita, matemática e gestos são formas de tradução de ideias pensadas, que muitas vezes compartilham elementos, mas nem sempre. Não há equivalente verbal para :)

(RADFAHRER, L. “**Txt não é texto**”, In: *F. de São Paulo*, 19/05/2014)

Texto 2

Platão, no século IV a.C., nos conta que os caracteres da escrita teriam sido descobertos por Tot, no antigo Egito. Crente de ter encontrado um remédio para a memória, apresenta sua descoberta ao rei Tamus, por quem é assim desenganado: “Não descobriste o remédio para a memória, mas apenas para a lembrança. O que ofereces aos que estudam é simples aparência do saber, não a própria realidade. Depois de ouvirem um mundo de coisas, sem nada terem aprendido, considerar-se-ão ultrassábios, quando, na grande maioria, não passarão de ignorantões...”.

(**Fedro**, 275a-b, trad. de Carlos Alberto Nunes, Ed.ufpa, 2011)

A partir da leitura dos textos acima, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre **o papel da linguagem escrita na sociedade contemporânea**. Justifique seu ponto de vista.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	